

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.854 - MS (2019/0193104-8)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
EMBARGANTE : SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - MULTISSETORIAL
ADVOGADOS : OTTO WILLY GÜBEL JÚNIOR - SP172947
CAMILA DE CASSIA FACIO SERRANO - SP329487
ARTHUR FONSECA CESARINI - SP345711
EMBARGADO : TRANS DELTA TRANSPORTADORA LTDA
EMBARGADO : SIMASUL SIDERURGIA LTDA
ADVOGADOS : RICARDO AMARAL SIQUEIRA - SP254579
CAROLINE THEREZO PINHEIRO E OUTRO(S) - SP400883

DECISÃO

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL contra a decisão de fls. 229-233, que não conheceu do recurso especial.

Em suas razões, sustenta a parte embargante, em síntese, que a decisão é omissa, uma vez que se determinou a majoração dos honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015. No entanto, constata-se que não houve arbitramento de honorários na origem, motivo pelo qual pugna que esta Corte Superior fixe a verba honorária em 10% do valor da causa.

É o relatório.

Decido.

2. O artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, claramente prescrevem as quatro hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de (1) obscuridade, (2) contradição, (3) omissão no julgado, incluindo-se nesta última as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida, e por derradeiro, (4) o erro material.

3. Constou da decisão ora embargada que, **havendo prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem**, determina-se a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil.

Ocorre que, como bem salientado pela parte embargante, não houve arbitramento de honorários na origem, razão pela qual não há falar em incidência do art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que a decisão recorrida foi clara ao condicionar a aplicação do referido dispositivo de lei à prévia fixação de honorários, o que não se verificou na espécie.

Ademais, consoante entendimento do STJ, é "...incabível a condenação ao

pagamento de honorários advocatícios em decisão interlocutória, contra a qual se interpôs agravo de instrumento, objeto de recurso especial" (AgInt no REsp 1.688.954/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018).

Com efeito, nota-se que no presente caso não há omissão a ser sanada, tampouco qualquer outro vício a ensejar embargos de declaração, de modo que todos os pontos necessários ao desate da controvérsia foram abordados, de forma coerente e lógica.

3. Ante o exposto, rejeito os presentes embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator